

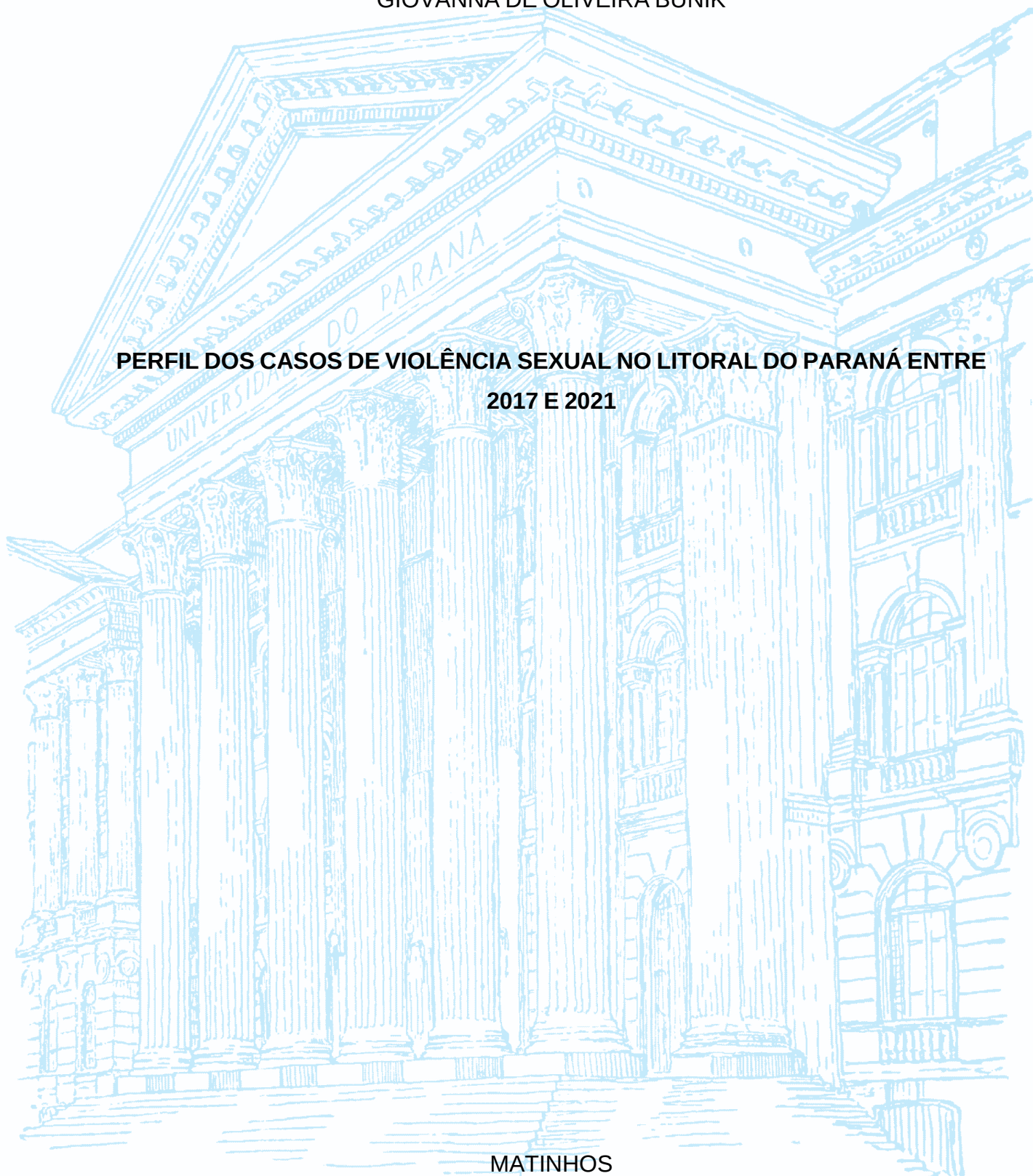
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIOVANNA DE OLIVEIRA BUNIK

**PERFIL DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO LITORAL DO PARANÁ ENTRE
2017 E 2021**

MATINHOS

2022



GIOVANNA DE OLIVEIRA BUNIK

**PERFIL DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO LITORAL DO PARANÁ ENTRE
2017 E 2021**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Wanzinack

MATINHOS
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DA CÂMARA CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Rua Jaguariaíva, 512 - Caiobá, - Bairro Caiobá, Matinhos/PR, CEP 83260-000
Telefone: (41) 3511-8345 - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, às dezenove horas e trinta minutos, na sala virtual <https://meet.jit.si/tccGiovanna>, reuniu-se a banca avaliadora do trabalho de conclusão de curso, constituída pela **Profa. Dra. Mariana Bettega Braunert** e pela **Profa. Me. Luana Pereira da Paz**, sob a presidência do orientador **Prof. Dr. Clóvis Wanzinack**. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública, da estudante **Giovanna de Oliveira Bunik**, sob o título: "**PERFIL DOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTERPESSOAL E/OU AUTOPROVACADA NO LITORAL DO PARANÁ ENTRE 2017 E 2021**", foi **aprovada**, e obteve o conceito AS A estudante deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital para o orientador e para a assessoria da Câmara do curso de Administração Pública, no prazo determinado pela banca.

Prof. Dr. Clóvis Wanzinack
Orientador

Profa. Dra. Mariana Bettega Braunert
Membro da banca avaliadora

Profa. Me. Luana Pereira da Paz
Membro da banca avaliadora

Giovanna de Oliveira Bunik
Acadêmica



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS WANZINACK, COORDENADOR(A) DE CURSO DE GRADUACAO (CURSO DE ADMINISTRACAO PUBLICA)**, em 13/09/2022, às 20:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARIANA BETTEGA BRAUNERT, PROFESSOR DO**



MAGISTERIO SUPERIOR, em 13/09/2022, às 20:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUANA PEREIRA PAZ, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 20:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna de Oliveira Bunik, Usuário Externo**, em 26/09/2022, às 20:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4883378** e o código CRC **3BA0FC5A**.

RESUMO

Objetivo: O objetivo da pesquisa foi descrever o perfil epidemiológico das violências sexuais interpessoais e/ou autoprovocadas por meio de notificações atendidas no Litoral do Paraná entre os anos 2017 a 2021. **Métodos:** Estudo descritivo de abordagem quantitativa, realizada a partir de dados gerados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) - de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências interpessoais, disponíveis no banco de dados Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), plataforma Tabnet. **Resultados:** Foram computadas 378 notificações de violência sexual no litoral do Paraná, e foi possível comprovar que o município que possui maior índice de notificações é Paranaguá, tendo (46,03%) dos casos registrados neste período. Dessas notificações, 347 (91,80%) foram vítimas do sexo feminino e 31 (8,20%) do sexo masculino. Quanto à faixa etária das vítimas femininas, predominou-se a faixa etária de 10 a 14 anos, tendo 15,34% de notificações. **Considerações finais:** A violência sexual contra mulheres de todas as idades permanece sendo um problema sério de saúde e segurança pública. As consequências desse ato de violência trazem diversos danos na vida da vítima, gerando distúrbios, medo de se relacionar com outras pessoas, impacta na saúde física e psíquica do indivíduo, gerando traumas profundos e irreparáveis que podem ocasionar depressão, ansiedade, fobias e até mesmo pensamentos suicidas. Nesse sentido, é imprescindível fortalecer políticas públicas de prevenção ao combate contra à violência com o intuito de minimizá-la.

Palavras-chave: Violência sexual; Estupro; Abuso sexual; Litoral do Paraná; Estupro de vulnerável

ABSTRACT

Objective: The objective of the research was to describe the epidemiological profile of interpersonal and/or self-inflicted sexual violence through notifications attended on the coast of Paraná between the years 2017 to 2021. **Methods:** Descriptive study with a quantitative approach, carried out from data generated from the Notifiable Disease Information System (SINAN) - Domestic, Sexual and/or Other Interpersonal Violence, available in the database of the Information Technology Department of the Unified Health System (DATASUS), Tabnet platform. **Results:** 378 reports of sexual violence were computed on the coast of Paraná, it was possible to prove that the municipality with the highest rate of notifications is Paranaguá, with (46.03%) of the cases recorded in this period. Of these notifications, 347 (91.80%) were female victims and 31 (8.20%) were male victims. As for the age group of female victims, the age group from 10 to 14 years old predominated, with 15.34% of notifications. **Final considerations:** Sexual violence against women of all ages remains a serious public health and safety problem. The consequences of this act of violence bring several damages to the victim's life, generating disorders, fear of relating to other people, impacts on the individual's physical and psychological health, generating deep and irreparable traumas that can lead to depression, anxiety, phobias and even even in suicidal thoughts. In this sense, it is essential to strengthen public policies to prevent the fight against violence with the aim of minimizing it.

Keywords: Sexual violence; Rape; Sexual abuse; abortion; rape of vulnerable

1 INTRODUÇÃO

A violência está presente em nosso cotidiano, desde o início da existência das relações interpessoais e por motivos diversos, podendo ter como justificativa a defesa de alguém, dos seus ideais, defender sua posição política e principalmente para se sobrepôr ao outro, possuindo um sentimento de poder e vaidade através da violência.

Entretanto, ainda não se sabe o que causa no indivíduo o desejo de violentar sexualmente outra pessoa. Podemos deduzir, que com base nas vivências entre homens e mulheres na sociedade, a violência sexual poderia representar a submissão da mulher ao homem, visto que sempre existiu uma desigualdade hierárquica, tornando as mulheres um mero objeto. Por outro lado, e somente em casos isolados, podemos cogitar que se trata de um distúrbio psicológico, educacional, até mesmo traumas de uma infância conturbada.

De acordo com a Lei 11.340/2006 (denominada “Lei Maria da Penha”), o conceito legal para violência sexual contra a mulher está descrito como:

a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; (BRASIL, 2006, art.7º, inciso III).

A violência sexual ocorre de maneiras diferentes, sendo caracterizada como assédio sexual, estupro, atentado violento ao pudor, exploração sexual, pornografia e pedofilia. De acordo com o a Lei nº 12.015/2009 do Código Penal Brasileiro, o estupro é caracterizado como o ato de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.”.

É importante ressaltarmos que a violência sexual não possui um padrão específico, sendo assim, afeta diferentes aspectos como classe social, gênero, raça/cor, idade, estado civil, religião e cultura. É preciso entender que esse é um problema de saúde pública, pois, é uma das principais formas de violação dos direitos humanos, que impacta na mortalidade da população.

Entretanto, é preciso ter um olhar cuidadoso e humanizado quando tratado desses casos na Saúde Pública. Sendo assim, foi desenvolvido em 2018 o Protocolo para o atendimento às pessoas em situação de Violência Sexual. Este protocolo auxilia os profissionais de saúde a padronizar seus atendimentos mediante a estes casos. (Protocolo para o atendimento às pessoas em situação de violência, Curitiba, 2017.)

Em relação a este cuidado da parte dos profissionais da saúde pública, é de grande valia a necessidade de informar a população, caso ocorra o abuso, de procurar um atendimento nas primeiras 72 horas após o ato de violência sofrido, para que a vítima tenha uma melhor prevenção e contracepção de emergência contra DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) ou uma gravidez indesejada. (MUSSE *et al.*, 2020)

Outro fator muito importante são as ações implementadas em combate à violência sexual. Essas divulgações devem ser feitas em âmbito municipal, estadual e federal, para que todos tenham conhecimento dos serviços que estão à sua disposição nesses casos. (ARAGÃO *et al.*, 2020)

Outras políticas públicas foram implementadas para combater a violência sexual, como por exemplo, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 2004 em parceria,

com diversos setores da sociedade, em especial com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional (BRAZIL, 2011, pg 5).

Em maio de 2013 foi desenvolvido também o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo em vista que os jovens menores de 18 anos são mais vulneráveis e possuem uma dificuldade maior em buscar ajuda quando se trata de violência, muitas vezes, por não entender que de fato está sofrendo um abuso etc. (GADELHA, [s. d.]

As vítimas desse abuso sofrem com a presença frequente de sentimentos como medo, insegurança e a triste lembrança do momento da violência. Vale ressaltar que a consequência desses casos impacta diretamente na saúde física, psicológica e

principalmente na vida produtiva da mulher. Sendo assim, é possível afirmar que os danos causados pela violência sexual são, muitas vezes, irreparáveis.

Diante do contexto apresentado, o objetivo deste trabalho foi analisar os casos de violência sexual interp no litoral do paraná entre 2017 e 2021.

2 METODOLOGIA

Foi realizado estudo descritivo de abordagem quantitativa, a partir de dados preexistentes, gerados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação (SINAN) - de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências interpessoais, disponíveis no banco de dados do Departamento de Informática do Sistema  nico de Saúde (DATASUS), plataforma Tabnet. Os dados gerados são originados do preenchimento das fichas de notificações dos casos de violência ocorridos no Litoral do Paraná.

Foram selecionados apenas os municípios do litoral do Paraná: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Para delimitar o estudo utilizou-se os seguintes critérios a) total de registros de notificações de Violência interpessoal/autoprovocada entre 2017 a 2021 nos municípios do Litoral do Paraná; b) sexo das vítimas; c) faixa etária; d) raça/cor; e) escolaridade. Quanto ao período da ocorrência da violência, foram selecionadas as variáveis: f) ano de notificação; g) mês de notificação; h) local de ocorrência. Quanto ao tipo de violência e identidade do autor, foram divididas nas variáveis: i) tipo de violência; j) vínculo com o(a) agressor(a).

Todos os dados coletados foram primeiramente extraídos da plataforma Tabnet e inseridos no Software Excel com o intuito de agrupar as informações apuradas, para realização da análise descritiva.

Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados bases de dados como Google acad mico; Scielo; e Periódicos Capes. Para que houvesse uma busca mais assertiva acerca dos artigos escolhidos para embasamento deste trabalho, foi preciso usar as palavras chaves; “violência sexual”, “estupro” e “paraná”. Na seleção de filtros para uma busca mais avançada foram selecionadas as opções “artigos”; “português” e “2017 a 2021”.

Por se tratar de um estudo no qual são usados apenas dados de domínio público, é dispensável a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos de acordo com a resolução n. 466/2012.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram computadas 378 notificações de violência sexual no litoral do Paraná, que é composto pelos 7 municípios sendo eles Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Os dados computados foram entre os anos de 2017 e 2021.

Através desta análise, foi possível comprovar que o município que possui maior número de notificações é Paranaguá, tendo (46,03%) dos casos registrados neste período. Dessas notificações, 347 (91,80%) foram vítimas do sexo feminino e 31 (8,20%) do sexo masculino. Quanto à faixa etária das vítimas femininas, predominou-se a idade de 10 a 14 anos tendo (26,98%) de registros, em seguida, a faixa etária de 15 a 19 anos possui (14,29%) de notificações.

De acordo com a pesquisa de Nazário et al. (2017) foram identificadas informações semelhantes, nos mostrando que essa faixa etária corre mais riscos de sofrer violência sexual.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como:

todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, com o objetivo de utilizá-lo para obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou adolescente (Brasil, 2010).

Tabela 1 – Características da vítima de violência sexual, Litoral do Paraná, Brasil, 2017-2021.

Perfil da Vítima	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do PR	Total
Sexo	N	N	N	N	N	N	N	N
Masculino	2	-	4	5	-	15	5	31
Feminino	10	6	62	61	13	159	36	347
Faixa Etária	N	N	N	N	N	N	N	N
<1 Ano	-	-	-	-	-	4	-	4
01 a 04	2	1	3	11	1	20	3	41
05 a 09	2	-	10	5	4	26	5	52
10 a 14	3	3	16	14	2	58	6	102

15-19	1	2	9	9	2	27	4	54
20-29	2	-	15	7	1	17	11	53
30-39	-	-	6	9	1	11	7	34
40-49	-	-	5	5	1	9	2	22
50-59	2	-	1	5	1	1	1	11
60 e mais	-	-	1	1	-	1	2	5
Total	12	6	66	66	13	174	41	378
Raça/Cor	N	N	N	N	N	N	N	N
Ign/Branco	2	-	1	4	-	8	3	18
Branca	8	5	46	42	8	112	24	245
Preta	-	-	1	1	-	5	1	8
Amarela	-	-	-	-	-	1	1	2
Parda	2	-	18	19	4	48	12	103
Indígena	-	1	-	-	1	-	-	2
Total	12	6	66	66	13	174	41	378
Escolaridade	N	N	N	N	N	N	N	N
Ign/Branco	1	-	10	15	1	16	4	47
Analfabeto	1	-	2	-	-	-	2	5
1ª a 4ª série incompleta do EF	2	1	4	-	4	17	2	30
4ª série completa do EF	1	-	1	4	-	4	2	12
5ª a 8ª série incompleta do EF	1	3	13	12	-	40	5	74
Ensino fundamental completo	3	-	7	2	1	23	5	41
Ensino médio incompleto	1	-	5	5	-	16	4	31
Ensino médio completo	-	1	8	8	2	14	6	39
Educação superior incompleta	-	-	6	2	1	5	3	17
Educação superior completa	-	-	-	3	1	4	3	11
Total	12	6	66	66	13	174	41	378

Na Tabela 1, consta o perfil das vítimas de violência. Observa-se que (64,81%) dos registros de abusos ocorreram com pessoas da Raça/cor “branca” e (27,25%) com pessoas da raça/cor “parda”. Com base nos estudos de Rosa et al. (2018), as vítimas que mais notificaram foram também da raça/cor “branca”.

Segundo definição de raça/cor do IBGE (2010), “considerando os 7 municípios do litoral do Paraná, tem-se que 65,6% da população é branca, 30,8% parda, 2,7% preta, 0,2% indígena e 0,6% amarela.” (WANZINACK; ARCHANJO, 2021, p. 6). Diante dos dados citados, justifica essa maior prevalência de violência em vítimas da cor branca nos municípios do litoral do Paraná.

Em seguida, podemos observar que crianças e adolescentes se enquadram no perfil mais vulnerável desta pesquisa, onde (19,58%) dos registros são de menores que cursam entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental e (10,84%) são crianças que possuem o ensino fundamental completo. Em alguns casos, o agressor pode optar por abusar de crianças e adolescentes dessas idades pois são mais vulneráveis e dificilmente vão buscar socorro, pois em alguns casos são facilmente manipulados através de ameaças. (DELZIOVO *et al.*, 2017)

Delziovo et al (2017) comenta que sobre a violência entre crianças entre 10 a 14 anos se torna mais comum a física, psicológica, onde socialmente tem uma maior vulnerabilidade, e algumas vezes não compreendendo a teia criada pelo agressor.

Podemos observar que mulheres que possuem o Ensino Superior Completo correm menos riscos de sofrer essas violências, com base nos dados houveram (2,91%) de notificações. Com base nos estudos da autora (ARAGÃO *et al.*, 2020), a mesma citou em seu artigo que, de fato, mulheres que possuem baixa escolaridade são alvos mais favoráveis para tal atrocidade à vida humana.

Tabela 2 – Variáveis quanto a tipificação de violência, Litoral do Paraná, Brasil, 2017-2021.

Tipificação da violência	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Ano de Notificação	N	N	N	N	N	N	N	N
2017	4	-	20	17	3	26	8	78
2018	3	2	17	13	2	51	10	98
2019	2	2	12	14	7	42	8	87
2020	2	2	13	9	-	37	8	71
2021	1	-	4	13	1	18	7	44
Total	12	6	66	66	13	174	41	378
Mês de Notificação	N	N	N	N	N	N	N	N
Jan	2	-	5	4	1	19	5	36
Fev	1	-	6	9	3	14	3	36
Mar	2	-	10	13	1	17	7	50
Abr	1	-	5	5	1	8	4	24
Mai	1	1	9	4	1	14	3	33

Jun	-	1	4	1	-	13	3	22
Jul	2	1	2	1	-	13	4	23
Ago	2	1	6	7	1	16	2	35
Set	-	2	3	6	1	9	2	23
Out	1	-	6	6	1	24	1	39
Nov	-	-	4	6	2	11	3	26
Dez	-	-	6	4	1	16	4	31
Total	12	6	66	66	13	174	41	378
Local de Ocorrência	N	N	N	N	N	N	N	N
Residência	10	4	30	30	6	116	18	214
Habitação Coletiva	-	-	1	-	-	3	1	5
Escola	-	-	-	3	-	2	-	5
Bar ou Similar	-	-	1	-	-	4	2	7
Via pública	-	1	19	15	3	21	10	69
Comércio/Serviços	-	-	1	-	-	-	-	1
Indústrias/construção	-	-	-	-	-	-	1	1
Outros	1	-	12	8	4	18	8	51
Total	12	6	66	66	13	174	41	378

Na Tabela 2 apresenta a frequência que ocorrem esses abusos e os locais predominantes de ocorrência. No ano de 2018, apresentou-se um aumento de notificações onde (25,93%) dos casos ocorreram somente neste ano. Nota-se que no período pandêmico causado pelo coronavírus (COVID-19) os números de casos diminuíram na maioria dos municípios, o que chama atenção e nos traz alguns questionamentos acerca disso.

Em 2021 os casos caíram para (11,64%), o que não significa a queda de notificações ou inexistência de violência sexual e sim a dificuldade enfrentada pelas vítimas de buscar ajuda, pois como retratado anteriormente, crianças e adolescentes são os maiores alvos deste abuso e devido ao período de pandemia foi decretado a urgência de manter-se em casa para evitar a propagação do vírus. Vale ressaltar que (56,61%) dos casos de violência sexual ocorreram nas residências das vítimas e (18,25%) em vias públicas. Um fator crucial para entender o motivo da diminuição de acionamentos.

Mussis et al (2020) relata que em pesquisa feita com os hospitais de referência ao Protocolo de atendimento às mulheres em situação de violência sexual no Paraná-Brasil, entre os anos de 2009 a 2015, mais da metade dos casos (50%, 2013 casos) ocorreram na “residência” das mulheres, 26% (983) em via pública.

Diante dos dados apresentados, o local que mais aparece nas fichas de notificação sobre vítimas de violência sexual é a própria residência, o lugar onde deveriam se sentir seguros, em busca de conforto e refúgio ambiente familiar, com a ausência de toda e qualquer tipo de violência.

No litoral do Paraná os meses de março e outubro, considerados meses de baixa temporada, possuem maior número de casos e conseqüentemente são meses onde há baixa circulação de pessoas e profissionais de segurança nas ruas. Em março houveram (13,23%) e em outubro (10,32%). Sendo assim, se faz necessário estudos futuros para compreender melhor essa oscilação entre os meses citados.

Tabela 3 – Variável quanto ao meio de violência sexual ocorrido, Litoral do Paraná, Brasil, 2017 – 2021.

Tipificação da violência	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Violência Sexual	N	N	N	N	N	N	N	N
Viol Psico/moral	5	-	32	15	5	61	15	133
Assédio Sexual	3	2	19	14	6	62	15	121
Estupro	9	6	50	56	8	135	32	296
Atent. viol pudor	em branco	em branco	em branco	em branco	em branco	em branco	em branco	-
Exploração Sexual	-	-	1	3	1	7	1	13
Susp. uso álcool	-	2	35	20	5	43	17	122

A Tabela 3 nos mostra a tipificação da violência, (78,51%) dos casos notificados foram identificados como estupro, seguida da violência psicológica/moral com (35,19%), (32,10%) sofreram assédio sexual e (32,28%) relataram que houve suspeitas de uso de álcool por parte do agressor.

O estupro sendo a tipologia de violência sexual mais ocorrida levanta um assunto preocupante, como as consequências e os traumas que essa violência causa na vida da vítima, impactando em sua saúde mental e física, “ocasionando transtornos como depressão, fobias, ansiedade, uso de drogas ilícitas, síndrome de estresse pós-traumático e tentativas de suicídio.” (PEREIRA *et al.*, 2019, p. 3)

Outra consequência decorrente do estupro em casos onde o agressor não faz uso de preservativos são as IST's e uma possível gravidez indesejada. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o art. 128 do Decreto Lei nº 2.848/1940 inciso II diz que a

mulher vítima de estupro que resulte em uma gravidez indesejada tem o direito amparado por lei de realizar o procedimento de aborto legal, desde que seja consentido pela própria gestante, ou se for incapaz, deve haver consentimento de seu representante legal.

De acordo com estudos feitos por (CORDEIRO REIS; FREITAS, 2018) “o Ministério da Saúde normatizou os procedimentos para o atendimento ao abortamento em gravidez por violência sexual, conforme Portaria GM/MS nº 1.508, de 1 de setembro de 2005.”

Tabela 4 – Variáveis quanto ao vínculo com a vítima de violência, Litoral do Paraná, Brasil, 2017-2021.

Perfil do agressor(a)	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N
Pai	2	-	6	2	1	15	4	30
Mãe	-	-	3	-	-	4	1	8
Padrasto	-	-	7	6	1	17	4	35
Madrasta	-	-	-	-	-	1	-	1
Conjuge	-	-	2	1	-	4	1	8
Ex-Conjuge	1	-	2	-	1	6	-	10
Namorado(a)	-	1	-	4	-	8	-	13
Ex-Namorado(a)	-	-	1	-	-	3	-	4
Filho(a)	-	-	-	1	-	-	-	1
Irmão(a)	1	-	2	-	-	-	-	3
Amigos/Conhec	4	1	10	14	2	47	6	84
Desconhecido(a)	2	-	23	23	5	39	19	111
)	-	-	-	4	-	3	-	7
Cuidador(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrao/Chefe	-	-	-	-	-	-	-	-
Pes com Rel	-	-	-	-	-	2	-	2
Inst	-	-	-	-	-	1	1	3
Policial Ag.Lei	4	3	8	9	2	34	4	64
Outros Vínc								

Podemos observar que na tabela 04 consta o perfil do agressor, (29,37%) foram pessoas desconhecidas, (22,22%) identificados como amigos/conhecidos e (16,93%) foram pessoas que possuíam outros vínculos. Observa-se também que (19,58%) dos casos, o agressor é identificado como pai, mãe, padrasto ou madrasta. Os autores (ARAUJO *et al.*, 2019) e (DELZIOVO *et al.*, 2017) afirmam que um dos fatores principais pelo agressor ser considerado como “conhecido” é por conta do

medo de denunciar o abusador, como uma forma de proteger o elo familiar. Pois como já foi observado, são as crianças e adolescentes os mais violentados e justamente por sua pouca idade e discernimento do certo e errado que, por medo de sofrer o abuso novamente, não identificam o autor. E nesses casos, é a mãe da vítima que evita expor o agressor, por não ter que escolher entre o(a) filho(a) e o companheiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da violência trazem diversos danos na vida da vítima, gerando distúrbios, medo de se relacionar com outras pessoas, impacta na saúde física e psíquica do indivíduo, gerando traumas profundos e irreparáveis que podem ocasionar em depressão, ansiedade, fobias e até mesmo em pensamentos suicidas.

Com base nos resultados apresentados, conclui-se que a violência sexual contra mulheres de todas as idades permanece sendo um problema sério de saúde e segurança pública. É preciso que o Estado e os Municípios desenvolvam métodos mais eficazes de prevenção, desenvolvendo mais ações, incluindo a conscientização nas escolas sobre esse tema. Desta forma, crianças e adolescentes poderão identificar caso ocorra de os mesmos sofrerem tal violência e sabendo que a escola é um ambiente seguro, muito provavelmente se sentirão confortáveis em expor a situação.

Outra ação interessante seria de as Unidades Básicas de Saúde juntamente de um órgão como a Delegacia da Mulher, por exemplo, de desenvolver palestras, aumentar a divulgação dos serviços prestados às vítimas de violência sexual através das redes sociais que pode ser uma grande aliada. Sabemos que muitas vezes as vítimas são silenciadas por medo ou vergonha de expor o caso para um terceiro, mesmo que este seja o profissional que irá auxiliá-la no processo pós violência.

Nos estudos de (FONSECA BEZERRA *et al.*, 2018) há indícios de ocorrências no passado, onde profissionais de saúde não souberam aplicar uma abordagem humanizada e tinham um conhecimento restrito quando deparado com esta situação e, nesse caso, é preciso que os profissionais de saúde que forem encarregados de prestar este atendimento, tenham conhecimento do Protocolo para o atendimento às pessoas em situação de Violência Sexual, para que as vítimas se sintam acolhidas neste momento tão difícil da vida.

É importante ressaltar a necessidade de os profissionais inserirem corretamente as informações na ficha de notificação, pois através dessas fichas, os dados serão inseridos no sistema DATASUS, e caso haja uma interpretação errada haverá subnotificação, ocasionando em resultados errôneos ou não tão precisos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Francisca Bruna Arruda; MARINHO, Rita de Cassia Oliveira; SANTOS, Frederico Bianchini Joviano dos; SANTOS, Floriacy Stabnow; BRANDÃO, Luzinete Pontes; AGUIAR, Josuel Alves; LOPES, Gilvado de Jesus Pinheiro; ARAGÃO, Janaina Arruda; PIMENTEL, Clíce Cunha de Sousa; OLIVEIRA, Karla Conceição Costa; SANTOS, Gerusinete Rodrigues Bastos dos; SANTOS NETO, Marcelino. Perfil de mulheres vítimas de violência sexual no Brasil: antes e depois da pandemia de COVID -19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e2289108114, 24 set. 2020.

ARAUJO, Gabriela de; RAMOS, Marina; ZALESKI, Tânia; ROZIN, Leandro; SANCHES, Leide da Conceição. DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ - BRASIL. **Espaço para a Saúde - Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 20, n. 2, p. 42–54, 2 dez. 2019.

AZNAR-BLEFARI, Carlos; SCHAEFER, Luiziana Souto; PELISOLI, Cátula da Luz; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. **Psico-USF**, v. 25, n. 4, p. 625–635, out. 2020.

BATISTETTI, Luciana Teixeira; LIMA, Maria Cristina Dias de; SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula. The perception of sexual violence's victims about the embracement in a reference hospital in Paraná. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, , p. 169–175, 10 jan. 2020.

BRANCO, July Grassiely de Oliveira; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; BRILHANTE, Aline Veras Moraes; BATISTA, Maxmiria Holanda. Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1877–1886, maio 2020.

BRAZIL (Org.). **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. 1a. ed., 2a. reimp. Brasília, DF: Editora MS, 2011a(Série C--Projetos, programas e relatórios).

BRAZIL (Org.). **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. 1a. ed., 2a. reimp. Brasília, DF: Editora MS, 2011b(Série C--Projetos, programas e relatórios).

BROSEGUINI, Gabrielly Becalli; IGLESIAS, Alexandra. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4991–5002, dez. 2020.

CORDEIRO REIS, Filomena Luciene; FREITAS, Karla Daniele da Paz. Estupro e

aborto sentimental: a inexigibilidade de autorização judicial e a ausência de notificação das autoridades competentes. **Revista NUPEM**, v. 10, n. 19, p. 10–24, 9 fev. 2018.

DA FONSECA BEZERRA, Juliana; REGINA GODINHO DE LARA, Sonia; LUPORINI DO NASCIMENTO, Juliana; BARBIERI, Marcia. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1, p. 1–12, 28 fev. 2018.

DE MARCH, Kety Carla. Corpos subjugados: estupro como problemática histórica. **Oficina do Historiador**, v. 10, n. 1, p. 97, 7 jun. 2017.

DELZIOVO, Carmem Regina; BOLSONI, Carolina Carvalho; NAZÁRIO, Nazaré Otília; COELHO, Elza Berger Salema. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 6, 2017.

GADELHA, Graça; CARVALHO, Fernando Luiz; SANTOS, Joselino Vieira; FIGUEIREDO, Karina; PAIVA, Leila. PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. , p. 50, [s. d.] .

LIMA, Maria Cristina Dias de; LAROCCHA, Liliana Muller; NASCIMENTO, Dênis José. Abortamento legal após estupro: histórias reais, diálogos necessários. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 121, p. 417–428, abr. 2019.

LINHARES, Yana; FONTANA, Jordana; LAURENTI, Carolina. Protocolos de prevenção e enfrentamento da violência sexual no contexto universitário: uma análise do cenário latino-americano. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. e200180, 2021.

MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio; FREITAS, Kerma Márcia de; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; SILVA, Raimunda Magalhães da. QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 1039–1055, 13 ago. 2018.

MUSSE, Fernanda Cristina Coelho; FAÚNDES, Aníbal; ANDRADE, Rosires Pereira de; SOUZA, Jovita Maria Matarezi de; ROCHA-BRISCHILIARI, Sheila Cristina; PELLOSO, Sandra Marisa; CARVALHO, Maria Dalva de Barros. Violência sexual contra a mulher: adesão de hospitais de referência e os perfis sociodemográficos. **Saúde e Pesquisa**, v. 13, n. 3, p. 653–663, 1 set. 2020.

PASSOS, Ana Isabela Morsch; GOMES, Daniela Angerame Yela; GONÇALVES, Carolina Lourenço Defilippi. Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas. **Revista Bioética**, v. 26, n. 1, p. 67–76, jan. 2018.

PEREIRA, Monica; ANDRADE, Ana Paula dos Santos; DIAS, Daiane Galvão; LAMB, Talita Lúcia. UMA ANÁLISE SOBRE O PERFIL DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS ATENDIDAS EM UMA UNIDADE HOSPITALAR DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16, n. 1, p. 13, 2019. .

QUEIROZ, Rosana Ataíde de; CUNHA, Tania Andrade Rocha. A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. **Revista NUPEM**, v. 10, n. 20, p.

86–95, 7 maio 2018.

ROSA, Josyandra Paula de Freitas; OLIVEIRA, Manuella Missawa de; OLIVEIRA FILHO, Manoel Messias de; FERNANDES, César Eduardo; OLIVEIRA, Emerson. Violência sexual na região do ABC Paulista: retrato de 142 casos. **ABCS Health Sciences**, v. 43, n. 1, 15 maio 2018.

WANZINACK, Clovis; ARCHANJO, Daniela Resende. PERFIL, PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS (AS) EGRESSOS (AS) DOS CURSOS DE GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFPR-SETOR LITORAL. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 5, n. 2, p. 138-153.